



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

EDITAL Nº 066/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UASG 925006
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0008134-49.2024.8.22.8000
MENOR PREÇO**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 066/2024				
Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 15/10/2024, às 09:00_h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br			Limite para esclarecimentos e impugnações ao Edital: 10/10/2024.	
Objeto:				
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.				
Valor Total Estimado:				
R\$ 202.579,50 (duzentos e dois mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).				
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Intervalo mínimo de entre lances	
() sim (x) não	(x) Facultativa () Não necessária	(x) Aberto () Aberto e Fechado () Fechado e Aberto	(x) R\$ 0,01 () R\$ _____	
Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva Cota ME/EPP?	Ampla Concorrência?	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige amostra/demonstração?
() sim (x) não	() sim (x) não	(x) sim () não	() sim (x) não	() sim (x) não
Telefone para contato:		e-mail para contato:		
(69) 3309-6652		licitacoes@tjro.jus.br		
Observações Gerais:				
<p>- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no ANEXO III - Termo de Referência e ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances.</p> <p>- Após a fase de lances as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado e os documentos de habilitação exigidos no Edital, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a).</p> <p>- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados serão encaminhados pela licitante, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p>				



1. PREÂMBULO

1.1. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO), doravante denominado Tribunal, **TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL** tendo por finalidade a qualificação de **EMPRESAS** e a seleção de propostas, sendo regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

1.2. DO OBJETO

1.2.1. **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.**

1.3. DA SESSÃO DE DISPUTA

SESSÃO PÚBLICA DA DISPUTA: **09:00h do dia 15/10/2024 (horário de Brasília).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

2. DA AUTORIZAÇÃO

2.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n. 0008134-49.2024.8.22.8000.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021; e
- b) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei n. 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar n. 123/2006](#) e do Decreto n. 8.538/2015.

3.3. Somente para as licitantes cadastradas como microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
- b) nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame; e
- c) nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito se a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 202.579,50 (duzentos e dois mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).**

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PROCEDIMENTO DESTES PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. Do envio da proposta pelo sistema eletrônico

6.1.1. A licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo considerada inválida a proposta apresentada por meio diverso.

6.1.2. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial informando o **valor unitário** e o **valor total** proposto para cada item ofertado, em moeda nacional, com DUAS casas decimais, sem pontos e com vírgulas, para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo e, ainda, em campo próprio do sistema manifestar-se sobre todas as declarações exigidas.

6.1.2.1. É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.1.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias...) devem estar inclusas nos preços cotados.

6.1.4. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo a licitante ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo Descrição Complementar.

6.1.5. Caso a licitante entenda necessário, para fins de envio de sua proposta, poderá realizar visita técnica a fim de conhecer as condições dos veículos, bem como se inteirar cuidadosamente das condições e do grau de dificuldade da implantação dos serviços.

6.1.6. Optando pela visita técnica a licitante deverá marcar dia e horário previamente junto ao(a) Gestor(a) do Contrato, pelos telefones constantes no subitem 15.1 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

6.1.7. A licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a visita técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do Objeto deste Edital.

6.1.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.1.9. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o seu encaminhamento. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

6.1.10. **No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no aviso do COMPRAS.GOV.BR e o disposto nos Anexos deste Edital (Especificações), a licitante deverá obedecer ao que está disposto nestes Anexos.**

6.2. Da abertura e do critério de julgamento da proposta

6.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.2. O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO**, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que: contenha vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital; apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para o item; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

6.2.3.1. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor máximo estimado para o item.

6.2.3.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 6.2.3.1 deste Edital, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

6.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

6.2.6. No julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

6.3. Da fase de disputa e da formulação de lance

6.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.

6.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

6.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o site www.gov.br/compras/pt-br, opção Fornecedor > Acesso ao sistema > Fornecedor Brasileiro/Estrangeiro > Login e Senha.

6.3.4. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

6.3.4.1. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente.

6.3.5. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.3.6. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

6.3.7. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.8.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

6.3.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 6.3.8.1 deste Edital, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.3.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 6.3.8.1 e 6.3.8.2 deste Edital, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste Edital, para a definição das demais colocações.

6.3.8.5. Após o reinício previsto no subitem 6.3.8.4 deste Edital as licitantes serão convocadas para apresentarem lances intermediários.

6.3.8.6. Encerrada a etapa de que trata o subitem 6.3.8.5 deste Edital, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.3.10. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.3.12. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.3.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.3.14. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.3.15. Em caso de empate entre duas ou mais propostas iniciais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

6.3.16. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo a situação denominada empate ficto, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, o Sistema Eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo Estatuto.

6.3.16.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

6.3.16.2. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.3.17. Encerrado o tempo normal de disputa, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

6.3.18. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar encerramento à disputa do item/grupo.

6.3.19. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.3.20. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada. Para tanto, deverá se manifestar quando da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico. A apresentação dessas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

6.3.21. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.3.22. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimado para o item, a negociação poderá ser feita com às demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no subitem 6.3.4.1 deste Edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 6.3.15 deste Edital.

6.3.23. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3.24. Observado o prazo de que trata o subitem 6.5.1 deste Edital, o(a) Pregoeiro(a), deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

6.3.25. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

6.3.26. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.3.28. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) de data diversa.

6.4. Dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.4.1. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.5. Da proposta detalhada e da habilitação

6.5.1. A **PROPOSTA DETALHADA** (modelo constante no **ANEXO I** deste Edital), **atualizada em conformidade com o menor lance eventualmente ofertado**, deverá ser encaminhada, pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado do momento da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá conter:

- a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, fone fixo/celular e endereço eletrônico (e-mail);
- b) Descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo prazo de validade/garantia caso haja, em conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital; e
- c) Valor unitário e valor total de cada item.

6.5.1.1. No prazo previsto no subitem 6.5.1 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2. A **HABILITAÇÃO** consistirá em:

- a) regularidade perante a Fazenda federal, estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente e municipal, na forma da lei;
- b) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- c) regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- d) Certidão de Regularidade junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados; e
- e) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a capacidade e aptidão da proponente para desempenho de atividade pertinente e compatível ao objeto deste Termo de Referência.

6.5.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do subitem 6.5.2 deste Edital serão verificados, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.2. O documento exigido na alínea "e" do subitem 6.5.2 deste Edital deverá ser apresentado pela licitante quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.2.3. Caso o documento exigido para atendimento da alínea "d" do subitem 6.5.2 deste Edital esteja com prazo de validade vencido e/ou não esteja disponível no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, deverá ser apresentado pela licitante quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.2.4. A licitante poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto a exigência contida na alínea "e" do subitem 6.5.2 deste Edital.

6.5.2.4.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

6.5.2.5. Serão desconsiderados Atestado(s) de Capacidade Técnica que não comprovem a similaridade com o exigido.

6.5.2.6. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

6.5.2.7. Os documentos para habilitação serão exigidos apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar e o prazo para a sua apresentação, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), será de até 2 (duas) horas, prorrogado por igual período.

6.5.2.8. No prazo previsto no subitem 6.5.2.7 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2.9. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.5.3. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

6.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

6.5.5. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio do Tribunal, no endereço mencionado neste Edital, dentro do prazo assinalado pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.5.1. As cópias poderão ser autenticadas por tabelião de notas, Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial e ainda por declaração de autenticidade por advogado.

6.5.6. As certidões apresentadas pela licitante, conforme disposição do subitem 6.5.2 deste Edital, estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo(a) Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

6.5.7. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e

c) se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto deste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

6.5.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5.10. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a empresa estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tal empresa será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

6.6. Do recurso

6.6.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

6.6.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

6.6.2.1. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

6.6.3. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.6.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6.5. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior.

6.6.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade superior a adjudicar e homologar o objeto à licitante vencedora.

6.6.7. Findo o prazo do subitem 6.6.2 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o(a) Pregoeiro(a) o apreciará, no prazo de 3 (três) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido, encaminhando-o à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7. DO CONTRATO

7.1. Da adjudicação e homologação

7.1.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021.

7.2. Da assinatura, da vigência, da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do contrato

7.2.1. Conforme descrito no Item 11 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

8. DAS PENALIDADES DO PROCEDIMENTO

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame, desde que cause prejuízo à Administração;

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta detalhada e adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; e

2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e

3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n. 12.846/2013](#).

8.2. Com fulcro na [Lei n. 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou aos adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

8.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 1% do valor estimado da contratação.

8.4.2. Para a infração prevista na alínea “c” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 5% do valor do contrato.

8.4.3. Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 30% do valor estimado da contratação.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021](#).

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Conforme descrito no Item 18 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostos por qualquer pessoa, dirigidas ao(à) Pregoeiro(a) e por meio do e-mail licitacoes@tjro.jus.br, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

10.1.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos(as) responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estabelecido.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias corridos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

- 11.2. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.
- 11.3. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.
- 11.4. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.
- 11.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 11.6. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 11.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 6.2.6 deste Edital, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 11.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 11.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.10. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no *site* www.tjro.jus.br, bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho, n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.
- 11.11. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 11.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.
- 11.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.
- 11.14. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* www.tjro.jus.br ou www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sala do Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio (DEAGESP/TJRO), situada na Rua José Camacho, n. 585, Sala 207, 2º Andar, Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 14h, onde poderá ser retirado, preferencialmente em meio eletrônico, sem ônus para o Tribunal.
- 11.15. O(A) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (69) 3309-6652, e ainda pelo e-mail licitacoes@tjro.jus.br. O(A) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.
- 11.16. ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução n. 027/2016-PR. Para tanto, os representantes das empresas vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, **para assinatura digital do contrato**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 8 deste Edital.
- 11.17. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estabelecidos neste Edital.
- 11.18. A licitante vencedora se compromete a respeitar todas as obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.709/2018) e outras leis aplicáveis em relação às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Edital, protegendo os direitos e garantias fundamentais envolvidos, incluindo a confidencialidade das informações.
- 11.19. São partes integrantes do presente Edital:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

- a) ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances;
- b) ANEXO II - Preços de referência;
- c) ANEXO III – Termo de Referência; e
- d) ANEXO IV - Minuta do Contrato.

Porto Velho/RO, 26 de setembro de 2024.

Rinaldo Forti da Silva
Juiz Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia



ANEXO I
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DETALHADA
APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n. 066/2024.

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço completo com CEP:

Fone/Celular:

Outros (correio eletrônico...):

Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:

Responsável legal para assinatura do Contrato (nome, documentação de identificação oficial e CPF):

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do Pregão em epígrafe.

Grupo	Item	Veículo	Quant.	Placa	Modelo	Ano Fabricação	Ano Modelo	Franquia (R\$)	Prêmio (R\$)
1	1	Corolla ALTIS HV	1	QRA-8J51	TY	2023	2023		
	2	Corolla ALTIS HV	1	QTA-3E51	TY	2023	2023		
	3	Corolla ALTIS HV	1	QTA-5H21	TY	2023	2023		
	4	Corolla ALTIS HV	1	QTA-5H01	TY	2023	2023		
	5	Corolla ALTIS HV	1	QTB-2H61	TY	2023	2023		
	6	Corolla APREMIUMH	1	QTB-6H61	TY	2022	2023		
	7	Corolla ALTIS HV	1	QTD-7I91	TY	2023	2023		
	8	Corolla ALTIS HV	1	QTD-7J11	TY	2023	2023		
	9	Corolla APREMIUMH	1	QTE-8J41	TY	2023	2023		
	10	Corolla APREMIUMH	1	QTF-5C31	TY	2023	2023		
	11	Corolla APREMIUMH	1	QTF-8I11	TY	2023	2023		
	12	Corolla APREMIUMH	1	QTF-8I31	TY	2023	2023		
	13	Corolla APREMIUMH	1	QTH-9I62	TY	2023	2023		
	14	Corolla APREMIUMH	1	QTH-9I82	TY	2023	2023		
	15	Corolla APREMIUMH	1	QTI-8J92	TY	2023	2023		
	16	Corolla ALTIS HV	1	SLL-8C10	TY	2022	2023		
	17	Corolla ALTIS HV	1	SLH-7J69	TY	2022	2023		
	18	Corolla ALTIS HV	1	SLH-8A29	TY	2022	2023		
	19	Caminhão Cargo 816e CD	1	OHL-6495	Ford	2016	2017		
	20	Van Sprinter 415 luxo T.B. 2.2	1	OHW-9275	MB	2016	2017		
	21	Caminhão Cargo 1419 CD	1	OHL-5095	Ford	2016	2017		
	22	Van Furgão Renault Master 2.3 16V DCI	1	NDN-8131	Renault	2018	2019		
	23	TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI DIESEL AUT	1	NCX-2021	Chevrolet	2016	2017		
	24	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD DIES.AUT	1	NCX-2051	Chevrolet	2016	2017		
	25	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Au	1	RSX3J40	Toyota	2021	2021		
	26	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV6H52	Toyota	2020	2021		



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

27	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV6H62	Toyota	2020	2021		
28	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHW2B42	Toyota	2020	2021		
29	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D02	Toyota	2020	2021		
30	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D12	Toyota	2020	2021		
31	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D22	Toyota	2020	2021		
32	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D32	Toyota	2020	2021		
33	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D42	Toyota	2020	2021		
34	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D52	Toyota	2020	2021		
35	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3E12	Toyota	2020	2021		
36	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3E62	Toyota	2020	2021		
37	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3F02	Toyota	2020	2021		
38	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3F62	Toyota	2020	2021		
39	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G02	Toyota	2020	2021		
40	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G52	Toyota	2020	2021		
41	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G92	Toyota	2020	2021		
42	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3H22	Toyota	2020	2021		
43	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3I12	Toyota	2020	2021		
44	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL7D32	Toyota	2020	2021		
45	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A02	Toyota	2020	2021		
46	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A12	Toyota	2020	2021		
47	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A22	Toyota	2020	2021		
48	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A32	Toyota	2020	2021		
49	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A52	Toyota	2020	2021		
50	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A82	Toyota	2020	2021		
51	S10 LTZ DD4A	1	SLK1C38	Chevrolet	2023	2024		
52	ETIOS X 1.3 Flex 16V 5p Mec.	1	NDP-7564	Toyota	2017	2018		
53	Dolphin GS 180	1	SLJ-9G86	BYD	2023	2024		
54	Dolphin GS 180	1	SLJ-9H76	BYD	2023	2024		
55	HAVAL H6 GT	1	SLH-3H91	GWM	2023	2024		
56	HAVAL H6 GT	1	SLH-3I21	GWM	2023	2024		
Valor Total do Grupo (R\$)								
57	Hilux SW4 CD SRX 4x4	1	RSW5A20	TY	2021	2021		



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

2		2.8 TDI 16V Die.Aut VEÍCULO BLINDADO							
	58	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut VEÍCULO BLINDADO	1	RSX3H70	TY	2021	2021		
	59	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut VEÍCULO BLINDADO	1	RSX3J90	TY	2021	2021		
	60	Hilux SW4 SRV AT D4- D 4x4 3.0 TDI VEÍCULO BLINDADO	1	NCF-8432	TY	2014	2014		
	61	Hilux SW4 SRV AT D4- D 4x4 3.0 TDI VEÍCULO BLINDADO	1	NCN-6364	TY	2014	2014		
	62	Hilux SW4 SRV AT D4- D 4x4 3.0 TDI VEÍCULO BLINDADO	1	NCT-6536	TY	2014	2014		
Valor Total do Grupo (R\$)									

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, nos termos do subitem 6.1.4 do presente Edital.

O Prazo de entrega:

OBSERVAÇÃO:

1. Quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deve:

- a) Encaminhar o documento exigido na alínea "e" do subitem 6.5.2 deste Edital; e
- b) Encaminhar o documento exigido na alínea "d" do subitem 6.5.2 deste Edital, caso esteja com prazo de validade vencido e/ou não esteja disponível no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 20____.

Assinatura do Representante Legal
Documentação de identificação oficial e CPF



ANEXO II
PREÇOS DE REFERÊNCIA

GRUPO	ITEM	VEÍCULO	PRÊMIO (R\$)
1	1	Corolla ALTIS HV	2.512,49
	2	Corolla ALTIS HV	2.605,31
	3	Corolla ALTIS HV	2.605,31
	4	Corolla ALTIS HV	2.605,31
	5	Corolla ALTIS HV	2.605,31
	6	Corolla APREMIUMH	2.895,80
	7	Corolla ALTIS HV	2.488,40
	8	Corolla ALTIS HV	2.488,40
	9	Corolla APREMIUMH	2.895,80
	10	Corolla APREMIUMH	2.895,80
	11	Corolla APREMIUMH	2.895,80
	12	Corolla APREMIUMH	2.895,80
	13	Corolla APREMIUMH	2.895,80
	14	Corolla APREMIUMH	2.895,80
	15	Corolla APREMIUMH	2.895,80
	16	Corolla ALTIS HV	2.605,31
	17	Corolla ALTIS HV	2.605,31
	18	Corolla ALTIS HV	2.605,31
	19	Caminhão Cargo 816e CD	5.064,96
	20	Van Sprinter 415 luxo T.B. 2.2	4.415,96
	21	Caminhão Cargo 1419 CD	4.827,64
	22	Van Furgão Renault Master 2.3 16V DCI	3.651,78
	23	TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI DIESEL AUT	2.748,40
	24	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD DIES.AUT	3.308,46
	25	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Au	3.900,00
	26	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	27	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	28	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	29	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	30	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	31	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	32	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	33	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	34	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	35	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	36	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	37	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	38	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	39	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	40	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	41	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	42	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	43	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

	44	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	45	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	46	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	47	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	48	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	49	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	50	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	3.644,11
	51	S10 LTZ DD4A	3.720,10
	52	ETIOS X 1.3 Flex 16V 5p Mec.	1.447,83
	53	Dolphin GS 180	2.382,56
	54	Dolphin GS 180	2.382,56
	55	HAVAL H6 GT	2.951,32
	56	HAVAL H6 GT	2.951,32
2	57	Hilux SW4 CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut VEÍCULO BLINDADO	3.363,87
	58	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut VEÍCULO BLINDADO	4.028,76
	59	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut VEÍCULO BLINDADO	4.028,76
	60	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI VEÍCULO BLINDADO	2.469,87
	61	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI VEÍCULO BLINDADO	2.469,87
	62	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI VEÍCULO BLINDADO	2.469,87

Edital redigido, com base no Termo de Referência, por:

Diego Sousa
Técnico Judiciário
Seção de Preparação de Contratação/Diaq/Deagesp/SA



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO SOUSA ARAÚJO**, Técnico (a) Judiciário (a), em 25/09/2024, às 13:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO FORTI DA SILVA**, Juiz Secretário Geral, em 26/09/2024, às 09:51 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador **4304896** e o código CRC **5C6A3F88**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br
- Criada conforme Resolução N. 100/2019-PR.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8 / 2024 - SEGEF/DGB/DEAGESP/SA/PRESI/TJRO
2024.PCA.1764

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação é motivada pela necessidade de garantir a cobertura de despesa frentes a eventuais danos que possam atingir os veículos deste Tribunal, principalmente por se tratar de veículos que circulam diariamente em deslocamentos urbanos e intermunicipais, estando assim em plena atividade.

2.2. A utilização de veículos automotores é de destacada importância no apoio operacional à atividade jurisdicional, seja no atendimento aos(as) magistrados(as) e servidores(as), no transporte de processos e materiais, tal como, nas atividades administrativas em geral. Nesse sentido é imperioso que se mantenha a proteção securitária quanto a danos próprios ou a terceiros e eventual responsabilização civil.

2.3. Sendo assim, demonstra-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

2.4. Tendo em vista que foi ultrapassado o limite do valor inicial do Contrato vigente n. 250/2022 com os acréscimos e que não há saldo suficiente para aporte e considerando, ainda, que há novos veículos sendo adquiridos conforme Processo n. 0004851-18.2024.8.22.8000 e n. 0006481-12.2024.8.22.8000, sendo necessário abertura de novo procedimento de contratação.

2.5. Devido ao incidente com veículo designado ao Presidente do Tribunal, Placa RSW-5A20, tendo como característica ser blindado e não sendo atendido pela cobertura do seguro para a troca do para-brisa trincado, necessitando de cobertura específica, torna-se necessária a contratação de seguro para os veículos blindados do Tribunal com cobertura específica para substituir ou reparar danos.

2.6. As demais informações e justificativas relativas ao objeto deste Termo de Referência encontram-se no Estudo Técnico Preliminar 144 (4014007) acostado aos autos do Processo n. 0008134-49.2024.8.22.8000.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

3.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto deste Termo de Referência será realizado por execução indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Global, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei n. 14.133/2021.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

5.1. As especificações e quantidades encontram-se registradas nos **ANEXO II e III** deste Termo de Referência.

5.2. Os valores estimados para o presente Termo de Referência constará de Quadro Demonstrativo de Quantitativos e Valores, elaborado pela Divisão de Aquisições - DIAQ/DEAGESP.

6. DOS PREÇOS

6.1. Os preços propostos serão aqueles discriminados pela empresa em sua proposta, cotado em reais (R\$), devendo prevalecer, em caso de divergência, o preço unitário sobre o preço total.

6.2. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias...) devem estar inclusas na proposta apresentada.

7. DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

7.1. A empresa convocada no item/grupo, QUANDO NECESSÁRIO, deverá apresentar INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR do objeto ofertado, para verificar se este atende às especificações previstas neste Termo de Referência no prazo de **até 2 (duas) horas** contado a partir da notificação pelo Tribunal.

7.1.1. A empresa que não apresentar informação complementar dentro do prazo notificado será desclassificada no item/grupo.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa decorrente do Contrato correrá por conta de recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade Orçamentária: **03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**, Funcional Programática: 02.122.2073.2449 - Manter as Atividades Administrativas do PJRO; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Subitem: 69 - Seguros em Geral.

9. DA PROPOSTA

9.1. Conforme disposição do Edital.

9.2. Da visita técnica

9.2.1. Caso a empresa entenda necessário, para fins de elaboração de sua proposta, poderá realizar visita técnica a fim de conhecer as condições dos veículos, bem como se inteirar cuidadosamente das condições e do grau de dificuldade da implantação dos serviços.

9.2.2. Optando pela visita técnica a empresa deverá marcar dia e horário previamente junto ao(à) Gestor(a) do Contrato, pelos telefones constantes no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

9.2.3. A empresa fica ciente de que, optando ou não por realizar a visita técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto deste Termo de Referência.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A empresa deverá apresentar para fins de habilitação:

a) Certidão de Regularidade junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados; e

b) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a capacidade e aptidão da proponente para desempenho de atividade pertinente e compatível ao objeto deste Termo de Referência.

10.1.1. A empresa poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto a exigência contida na alínea "b" do subitem 10.1 deste Termo de Referência.

10.1.1.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

10.1.2. Serão desconsiderados Atestado(s) de Capacidade Técnica que não comprovem a similaridade com o exigido.

10.1.3. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

11. DO CONTRATO

11.1. Da assinatura do Contrato

11.1.1. O Tribunal convocará a empresa para assinar eletronicamente o Contrato, dentro do prazo de **2 (dois) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

11.1.1.1. Antes da convocação para assinatura do Contrato de que trata o subitem anterior, serão consultados o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, bem como será verificada a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

11.1.1.2. A recusa injustificada da empresa em assinar o Contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Termo.

11.1.1.3. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

11.1.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital, far-se-á a remessa do Contrato por via postal, para assinatura da empresa.

11.1.3. Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa deverá:

a) atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos;

b) apresentar ao Tribunal, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do *caput* do art. 4º da Instrução Normativa n. 1.234/2012 - Receita Federal do Brasil, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada; e

c) indicar formalmente um preposto, apto a representar a empresa junto ao Tribunal, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

11.1.4. Na hipótese da não assinatura do Contrato, nos prazos e condições estabelecidos, o Tribunal poderá convocar outra empresa, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

11.2. Da vigência do Contrato

11.2.1. A vigência do Contrato será de **2 (dois) anos** contados da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado nos exercícios subsequentes até o limite de 10 (dez) anos, de acordo com o art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

11.3. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do Contrato

11.3.1. O Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

11.3.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços do Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

11.3.3. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** do Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;

b) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal se durante a vigência do Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

11.3.4. Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

11.4. Da subcontratação

11.4.1. Executar diretamente o objeto do Contrato, vedada a subcontratação parcial ou total.

12. DA EXECUÇÃO

12.1. Da relação dos prédios do Tribunal

12.1.1. A redação dos prédios do Tribunal consta no **ANEXO I** deste Termo de Referência. Entretanto, poderá ocorrer alteração de endereço das unidades do Tribunal.

12.1.2. Os veículos poderão ser guardados em estacionamentos de prédios externos, sendo: hotéis, órgãos públicos em serviço ou disponível para o veículo oficial do Tribunal, sindicatos, entidades que este Tribunal presta assistência de apoio, entre outros.

12.2. Do Valor de Mercado Referenciado

12.2.1. Em caso de indenização integral, o valor mínimo a ser pago deverá ser tomado como base, em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site <www.fipe.org.br>.

12.2.2. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da Tabela FIPE, a tabela substituta será a Tabela MOLICAR, divulgada pelo site <www.molicar.com.br>, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

12.2.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a **90 (noventa) dias** contado a partir da data de seu recebimento pelo Tribunal, independentemente da quilometragem rodada no período.

12.2.3.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

12.3. Da Apólice

12.3.1. Deverá ser emitida “apólice aberta”, de acordo com a legislação específica, sem custos extras para o Tribunal, conforme relação dos veículos constantes nas Tabelas do **ANEXO II** deste Termo de Referência, após autorização, devendo constar na apólice:

- a) identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- b) indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
- c) indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. Mínimo de 100%;
- d) prêmios discriminados por cobertura; e
- e) Classe de Bônus, quando houver.

12.3.1.1. Limites de indenização por cobertura, conforme valores:

- a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):
 - I - Valor para indenização de danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e
 - II - Valor para indenização de danos corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- b) Acidente por Passageiro (APP):
 - I - Valor para indenização, morte, por pessoa: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); e
 - II - Valor para indenização, invalidez, por pessoa: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- c) Despesas Médicas Hospitalares (DHM): R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

12.3.1.2. Valor da franquia:

- a) para o casco; e
- b) para os vidros, faróis, lanternas e retrovisores.

12.3.2. A apólice terá **vigência a partir das 24:00h do dia 00/00/2024 e término às 24:00h do dia 00/00/2025**, respectivamente, indicadas para tal fim, conforme art. 5º da Circular SUSEP n. 642/2021.

12.3.2.1. A entrega da apólice deverá ser disponibilizada para o Tribunal, em meio eletrônico com assinatura válida, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura do Contrato pelas partes.

12.3.3. Após a disponibilização da referida apólice, o Tribunal terá o prazo de **até 15 (quinze) dias corridos** para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

12.3.4. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a Contratada disporá de **até 15 (quinze) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento do pedido expresso pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

12.3.5. O fato da seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste Termo de Referência, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

12.3.6. Juntamente com a apólice, a seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro e normas de atendimentos especificando detalhadamente cada tipo de serviços à disposição.

12.3.7. Juntamente com a apólice, a Contratada deverá preencher e encaminhar planilha específica, disponibilizada pelo Tribunal, contendo informações relativas aos valores do seguro, etc...

12.4. Das Avarias

12.4.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

12.4.2. Após procedimento de recuperação pelo Tribunal durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

12.4.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

12.4.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, prevista neste Termo de Referência, será desconsiderada quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

12.5. Do Aviso de Sinistro

12.5.1. A Contratada deverá colocar à disposição do Tribunal, **24 (vinte e quatro) horas por dia**, durante **07 (sete) dias da semana**, central de comunicação para aviso de sinistro.

12.5.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

12.5.3. Após o registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a Contratada terá, no máximo, **05 (cinco) dias úteis**, contado a partir da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

12.5.4. Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de **03 (três) horas**, após o aviso do sinistro. Independentemente do local e cidade onde estiver o veículo, em caso de zona rural, será considerado o tempo hábil para o deslocamento.

12.6. Do Endosso

12.6.1. Quaisquer alterações, tais como, renovação/adiamento da apólice do seguro, inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, adição ou troca de partes do veículo poderão ser solicitadas pelo Tribunal e processadas pela Contratada (seguradora), mediante endosso, aplicando-se as regras constantes nesse Termo de Referência.

12.6.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste Termo de Referência que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

12.6.3. A emissão do Endosso não deverá ser superior ao prazo de **30 (trinta) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento do pedido expresso pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

12.7. Da Franquia

12.7.1. A franquia obrigatória dos veículos definida na apólice será a **reduzida**.

12.7.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas que serão avaliadas, exclusivamente, em função dos preços propostos (prêmio).

12.7.3. Os valores das franquias deverão constar, obrigatoriamente, nas propostas e nas apólices.

12.7.4. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas, retrovisores, faróis e lanternas não serão cumulativas.

12.7.4.1. A franquia de que trata o subitem **12.7.4** deste Termo de Referência será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

12.7.5. Havendo sinistro de perda parcial com a necessidade de substituição ou reparo em vidros laterais, dianteiros, traseiros, de teto, faróis, lanternas ou retrovisores, a Contratada não cobrará franquia para esses serviços, mas somente a franquia de perda parcial (casco), sem limite de utilização para reposição dos mesmos.

12.7.6. Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Tribunal, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

12.7.6.1. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco (Federal, Estadual e Municipal), à Seguridade Social (INSS), ao FGTS regular, bem como sua Certidão Trabalhista, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

12.7.6.2. A liberação do veículo na concessionária/oficina deverá ser no máximo **até 72 (setenta e duas) horas** após o pagamento da franquia.

12.7.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, desastres ambientais e fenômenos da natureza.

12.8. Dos Salvados

12.8.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

12.8.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome do Tribunal junto aos órgãos pertinentes (DETRAN, etc...).

12.9. Dos Sinistros

12.9.1. Os riscos cobertos serão o seguro total com cobertura compreensiva, cujo seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo Tribunal e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
- b) colisão com veículos, pessoas, animais, objetos, abalroamento e capotamento;
- c) raios e suas consequências;
- d) incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- e) quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo, inclusive dano causado pela carga transportada;
- f) acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- g) submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- h) em casos de que trata a alínea anterior, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado;
- i) granizo, ressaca, vendaval, terremoto;
- j) danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- k) despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo;
- l) troca ou reparo em vidros (frontal, lateral ou traseiro), faróis ou lanternas (principal, auxiliar, de milha, de neblina), retrovisores (lente, espelho ou carcaça), seja quebras ou trincas, parcial ou total, obedecendo aos termos previstos neste Termo de referência;
- m) danos a terceiros ou passageiros, seja material ou pessoal: Responsabilidade Civil Facultativa - RCF, Acidente por Passageiro - APP, Despesas Médicas Hospitalares - DMH e Despesas Médicas Veterinárias - DMV;
- n) carroceria de caminhões, plataformas, baú para motos, capotas, e demais acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- o) blindagem total dos veículos blindados; e
- p) atos praticados por terceiros, exceto os não indenizáveis pela seguradora.

12.9.1.1. Cobertura adicional de assistência **24 (vinte e quatro) horas**, com os seguintes serviços mínimos:

- a) chaveiro;
- b) reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até o local indicado pelo Tribunal, sem limite de quilometragem;

- c) transporte das pessoas por imobilização do veículo segurado; e
- d) transporte das pessoas por roubo ou furto do veículo segurado.

12.10. Da Vistoria Prévia

12.10.1. As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem assegurados poderão comparecer ao Tribunal, em horário de funcionamento das 8h às 13h. A vistoria dos veículos deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (69) 3309-6245, na Seção de Gestão de Frota - SEGEF.

12.10.2. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria, ora prevista, não motiva descumprir as obrigações pertinente e esse objeto, inclusive quanto à cobertura dos equipamentos instalados nos veículos.

12.11. Da Regulação de Sinistro

12.11.1. Ocorrendo o aviso de sinistro, a Contratada deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

12.11.2. Ocorrendo sinistro com características de “perda total”, o Tribunal poderá realizar o aviso de sinistro para análise do veículo e repasse da informação ao Tribunal. Caso seja confirmada a “perda total” do veículo, a Contratada deverá realizar os procedimentos para indenização integral. Caso não se caracterize a “perda total” do veículo, a Contratada deverá aguardar comunicação do Tribunal para continuação dos procedimentos do sinistro, visando o reparo no veículo.

12.11.3. Decorrido o prazo estabelecido, caso não haja pronunciamento por parte da Contratada, o Tribunal poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Contratada arcar com o ônus da execução integralmente.

12.11.4. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do Tribunal, conforme legislação vigente.

12.11.5. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional.

12.11.6. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do Tribunal, não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

12.11.7. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a **30 (trinta) dias corridos** do aviso de sinistro. Em caso de indenização integral ou roubo, o prazo máximo para o pagamento da indenização será de **até 30 (trinta) dias corridos** a partir da entrega dos documentos solicitados.

12.12. Da Indenização

12.12.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro correrão, obrigatoriamente, por conta da Contratada.

12.12.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da Contratada.

12.12.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo Tribunal e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

12.13. Da Indenização Integral

12.13.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

12.13.2. Em caso de indenização integral, a Contratada não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

12.13.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

12.14. Do Questionário de Avaliação de Risco

12.14.1. Os veículos são conduzidos por servidores(as) ou magistrados(as) previamente cadastrados(as) e autorizados(as) a dirigirem os veículos oficiais do Tribunal, habilitados(as) na categoria A, B, C, D e E.

12.14.2. Os veículos, quando não estão em serviço, são recolhidos nos estacionamentos dos prédios do Tribunal, ou em lugar apropriado.

12.14.3. Não há previsão de quilômetros por ano a ser percorridos pelos veículos da frota do Tribunal, durante o período da vigência do seguro, devido à diversidade de veículos e os seus usos.

12.14.4. Devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

12.15. Da Inclusão, Exclusão e Substituição

12.15.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos durante o período da vigência do Contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser acrescentado, no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou a contratação.

12.15.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a Contratada deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

12.15.3. Havendo a necessidade, durante o período de vigência do Contrato, de exclusão de veículos, a Contratada deverá efetuar o cálculo pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido ao Tribunal, mediante a fórmula, $X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do Contrato; e

VT = Valor total a ser devolvido ao Tribunal.

12.15.3.1. O valor de Z, número de meses restantes para o término do Contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

12.15.3.2. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a **15 (quinze) dias corridos**.

12.15.4. A devolução deverá ser realizada em conta bancária a ser informado pelo Tribunal, devendo a Contratada enviar comprovante assinado para o(a) Gestor(a) do Contrato.

12.16. Das Obrigações e Responsabilidade nos Serviços

12.16.1. A Contratada, tendo em vista a correta execução do objeto deste Termo de Referência, visando à qualidade dos serviços e das demais obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento, obrigar-se-á:

- a) efetuar os pagamentos nos prazos por ela acordados com as concessionárias/oficinas;
- b) implantar, de forma adequada, a supervisão dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- c) comunicar ao Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados e atender as reclamações formuladas;
- d) atender prontamente às solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços contratados;
- e) indicar um telefone que possa ser acionado **24 (vinte e quatro) horas por dia**, todos os dias da semana, para atendimento aos sinistros;
- f) instalar escritório de representação na cidade de Porto Velho/RO, caso a Contratada não possua matriz, filial ou escritório na mesma, a ser comprovado no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** contado a partir da data da última assinatura do Contrato pelas partes;
- g) indicar o(s) preposto(s) para acionamento e representação sobre qualquer assunto relativo ao Contrato, devendo se encarregar da resolução das pendências, repasse das notificações e solicitações do Tribunal bem como de apresentação dos prazos formais para atendimento, os casos de impossibilidade de atendimento imediato, e ainda ter os poderes para receber notificações de descumprimento, de aplicação, de penalidades, de extinção, de convocação, de tomadas de providências para ajustes ou aditivos contratuais e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a Contratada responder ou tomar providências e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica da condução do Contrato;
- h) informar quais as oficinas, concessionárias ou prestadoras de serviços a atender as solicitações de acionamento da cobertura do seguro;
- i) providenciar a imediata correção de erros cometidos apontadas pelo Tribunal, que possam comprometer a execução do Contrato;
- j) abster-se de divulgar publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação destes serviços, sem prévia autorização do Tribunal; e
- k) prestar esclarecimentos ao Tribunal sobre eventuais fatos noticiados que o envolva.

12.17. Do Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços

12.17.1. O(A) Gestor(a) e o(s) Fiscal(is) do Contrato terão como responsabilidade o controle, a fiscalização e o acompanhamento da prestação dos serviços do objeto deste Termo de Referência.

12.17.2. O Tribunal reserva-lhe o direito de exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, verificando se há falhas a serem detectadas, comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta, bem como solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com os termos e exigências previstas neste Termo de Referência.

12.17.3. Os serviços (seja reparos, acionamento de guinchos, etc...) deverão ser executados por meio de mão de obra qualificada e treinada, refazendo-se imediatamente o serviço considerado desconforme por este Tribunal, ou combinar nova data e/ou horário, conforme as necessidades do Tribunal.

12.17.4. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Tribunal reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto deste Termo de Referência, direta ou indiretamente, podendo para isso, fotografar ou filmar, todo ou em parte, a execução dos serviços, nas dependências das concessionárias / oficinas, além de solicitar vistoria dos órgãos fiscalizadores.

12.17.5. Em caso de falhas ou interrupções da prestação dos serviços, independente do que houver lhe dado causa, é conveniente para o Tribunal se reservar o direito de utilizar qualquer outra empresa que ofereça o mesmo serviço na mesma região, de modo a não comprometer as atividades do Tribunal.

12.18. Das Obrigações à Adoção de Boas Práticas Ambientais

12.18.1. A Contratada deverá orientar sua rede de oficinas credenciadas para que oriente seus empregados, através de cartilhas, visando à adoção de boas práticas ambientais, tais como:

- a) reduzir: orientar quanto ao uso racional do consumo de energia elétrica e de consumo de água e ainda racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes pela substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, observadas as normas ambientais vigentes;
- b) reutilizar: orientar quanto às boas práticas de otimização de recursos, evitando a redução de desperdícios bem como a redução de produção de resíduos sólidos, orientando ainda a utilização de reaproveitamento de materiais; e
- c) reciclar: orientar quanto à forma efetiva no desenvolvimento das atividades de separação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do Tribunal, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

13.2. Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

13.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

13.4. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Termo de Referência de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

13.5. Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

13.6. Cumprir todas as disposições constantes do objeto deste Termo de Referência, nos termos propostos, em conformidade com a descrição pormenorizada apresentada e indissociável, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, de acordo com as solicitações do Tribunal, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento.

13.7. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto deste Termo de Referência, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados.

13.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, em função da execução dos serviços do objeto deste Termo de Referência bem como em executar em plena conformidade, a descrição pormenorizada apresentada abaixo, obrigando-se a Contratada, ainda, a:

- a) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do Tribunal, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do Contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
- b) comunicar ao Tribunal qualquer impedimento que interfira no andamento dos serviços;
- c) garantir a qualidade dos serviços prestados, respondendo na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos serviços;

d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao Tribunal ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do Tribunal ou ainda por caso fortuito, força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de **até 48 (quarenta e oito) horas** após a sua ocorrência, e serão avaliadas pelo Tribunal. Eventuais valores devidos pela Contratada ao Tribunal poderão ser descontados de pagamentos pendentes ou vincendos; e

e) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

14.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.

14.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto do Contrato.

14.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024 do Tribunal, o Contrato decorrente deste Termo de Referência, será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

a) **Gestor(a): Amadeu Leite de Araújo Júnior**, e-mail: *amadeujunior@tjro.jus.br*, telefone: (69) 98148-7106;

b) **Gestor(a) Substituto(a): Meline Lisandra de Souza Diniz**, e-mail: *meline@tjro.jus.br*; telefone: (69) 3309-1185;

c) **Fiscal Administrativo(a): Luiz Rocha de Oliveira Vieira**, e-mail: *luizrocha@tjro.jus.br*, telefone: (69) 98121-7277; e

d) **Fiscal Administrativo(a) Substituto(a): Raimundo José da Costa Moura**, e-mail: *raimundo.moura@tjro.jus.br*; telefone: (69) 99220-8441.

15.2. O(A) Gestor(a) e o(a) Fiscal Administrativo(a) do Contrato e seus(uas) substitutos(as) poderão ser localizados(as) no Edifício-Sede do CONTRATANTE, no Núcleo de Serviços Administrativos - NUSEA, situado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

15.3. As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se na Instrução n. 146/2024 do Tribunal.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Havendo recusa da empresa vencedora em assinar o Contrato, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

16.1.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de **até 30 (trinta) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação pela empresa.

16.2. O atraso injustificado **para a entrega das apólices**, conforme disposição contida no subitem 12.3.2.1 deste Termo de Referência, incluindo os possíveis aditamentos ao Contrato, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do Contrato, até o 20º (vigésimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem 16.6 deste Termo.

16.3. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Termo de Referência, nos casos previstos nos arts. 107, 108 e 111 da Lei n. 14.133/2021, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) do Contrato (*amadeujunior@tjro.jus.br*), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do Tribunal a sua aceitação.

16.4. Vencido o prazo estipulado, o Tribunal oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para a execução. A partir da data limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem 16.7 deste Termo de Referência.

16.5. A execução do objeto deste Termo de Referência até a data limite de que trata o subitem anterior não isenta a Contratada da multa prevista no subitem 16.2 deste Termo.

16.6. Pelo descumprimento parcial do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total.

16.7. Pelo descumprimento total do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo valor total.

16.8. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

16.9. As multas devidas bem como os prejuízos causados ao Tribunal não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.10. A Contratada inadimplente, quando não tiver valores a receber do Tribunal, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

16.11. A aplicação de multa e/ou a extinção do Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

16.12. Cautelamente, o Tribunal poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

17. DO FATURAMENTO

17.1. A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**, CNPJ n. **10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

17.1.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a Contratada deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado **em 9 (nove) dias úteis**, caso o **valor total do Contrato** seja igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) e, acima deste valor, **em 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme Item 17 deste Termo de Referência, desde que o objeto do Contrato tenha sido executado.

- 18.1.1.** Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o Tribunal. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.
- 18.2.** O pagamento será efetuado mediante crédito na conta corrente indicada pela Contratada em sua proposta.
- 18.3.** Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.
- 18.4.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 18.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: $EM = I \times N \times VP$, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i/365I = (6/100)/365I = 0,00016438

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

19. DA SUSTENTABILIDADE

- 19.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nas especificações do objeto, tendo em vista que o Tribunal possui atuação institucional de promover política de responsabilidade social e ambiental, observar-se-á, no que couber:
- a) substituir as apólices de papel enviadas ao segurado por um kit totalmente digital;
 - b) disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir cartões em PVC;
 - c) possuir oficinas credenciadas que realizem o descarte sustentável e responsável de peças e resíduos;
 - d) manter os materiais a serem utilizados constituídos, no todo ou em parte por material reciclado, atóxico, biodegradáveis;
 - e) instruir seus empregados, durante toda a permanência contratual, a adotarem práticas de redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos; e
 - f) atender as recomendações contidas nos seguintes normativos: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 400/2021/CNJ - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e Ato n. 610/2024 - Regulamenta o Plano de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (PS/TJRO), ciclo 2024-2026.
- 19.1.1.** Caso se decida por apólice em papel, o indicado é pelo papel branco, de manejo sustentável, formato A4 (297 x 210 mm), livre de cloro elementar, confeccionado em material alcalino branco, tolerância mais ou menos 2 mm, de acordo com a NBR 216:2012, superfície lisa e massa homogênea, espessura uniforme, fibras no sentido longitudinal, baixo índice de deformação devido ao calor. Deverá conter coloração branca. O papel utilizado deverá ter certificação Cerflor, em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2014, ou FSC no padrão FSC-STD-4004 V2-1, que deverá ser apresentada como forma de comprovação da conformidade Item CATMAT sustentável: 461755 - Descrição: papel para impressão formatado, tipo: reciclado, tamanho (c x l): 297 x 210 mm, gramatura: 75 g/m2, cor: branco. Item CATMAT sustentável: 61752 - Descrição: papel para impressão formatado, tipo: reciclado, tamanho (c x l): 297 x 210 mm, gramatura: 120 g/m2, cor: branco. Item CATMAT sustentável: 461756 - Descrição: papel para impressão formatado, tipo: reciclado, tamanho (c x l): 297 x 210 mm, gramatura: 75 g/m2, cor: natural.

20. DA PROTEÇÃO DE DADOS

20.1. Em atendimento ao estabelecido na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e na Resolução n. 363/2021 do CNJ, e ainda, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, as partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na LGPD e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto do Contrato, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

21. DOS ANEXOS

- 21.1.** São partes integrantes do presente Termo de Referência:
- a) **ANEXO I** - RELAÇÃO DOS PRÉDIOS DO TJRO PARA GUARDA DOS VEÍCULOS (CAPITAL E INTERIOR);
 - b) **ANEXO II** - RELAÇÃO DA FROTA E TIPO DE FRANQUIA; e
 - c) **ANEXO III** - ORÇAMENTO DO VALOR TOTAL.

ANEXO I

RELAÇÃO DOS PRÉDIOS DO TJRO PARA GUARDA DOS VEÍCULOS (CAPITAL E INTERIOR)

COMARCA DE PORTO VELHO	
EDIFÍCIO SEDE	Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330, Fone: (69) 3309-6243.
CENTRO DE APOIO LOGÍSTICO – CAL	Rua da Beira, n. 6931, BR-364, Km 03 (três), sentido Cuiabá, Bairro Lagoa, Porto Velho/RO, CEP: 76812-003, Fone: (69) 3309-6255.
ANEXO ADMINISTRATIVO	Av. Lauro Sodré, n. 2480, Bairro Costa e Silva, Porto Velho/RO, CEP: 76803-490, Fone: (69) 3309-6210.

COMARCA DE ALTA FLORESTA DO OESTE	
FÓRUM MIN. ALIOMAR BALEEIRO	Av. Mato Grosso, esq. c/ Rua Ceará, Centro, CEP: 76954-000, Fone: (69) 3309-8411.
COMARCA DE JI-PARANÁ	
FÓRUM DES. SÉRGIO ALBERTO NOGUEIRA	Av. Brasil, n. 595, Bairro Nova Brasília, CEP: 76900-261, Fone: (69) 3411-2911.
COMARCA DE ALVORA DO OESTE	
FÓRUM JURISTA JOSÉ JÚLIO GUIMARÃES LIMA	Rua Vinícius de Moraes, n. 4308, Centro, CEP: 76930-000, Fone: (69) 3309-8261.
COMARCA DE MACHADINHO DO OESTE	
FÓRUM JOSÉ PEDRO DO COUTO	Rua Tocantins, n. 3029, Centro, CEP: 76868-000, Fone: (69) 3309-8611.
COMARCA DE ARIQUEMES	
FÓRUM JUIZ EDELÇON INOCÊNCIO	Av. Juscelino Kubtschek, n. 2365, Centro, CEP: 76872-853, Fone: (69) 3309-8111.
COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA	
FÓRUM JUIZ JOSÉ DE MELO E SILVA	Rua Príncipe da Beira, n. 1500, Setor 13, CEP: 76958-000, Fone: (69) 3309-8661.
COMARCA DE BURITIS	
FÓRUM JORGE GURGEL DO AMARAL NETO	Rua Taguatinga, n. 1380, Setor 03, CEP: 76880-000, Fone: (69) 3309-8711.
COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE	
FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI	Av. Daniel Camboni, n. 1480, Bairro União, CEP: 76920-000, Fone: (69) 3416-1711.
COMARCA DE CACOAL	
FÓRUM DES. ALDO CASTANHEIRA	Av. Cuiabá, n. 2025, Centro, CEP: 76963-731, Fone: (69) 3443-7611.
COMARCA DE PIMENTA BUENO	
FÓRUM MINISTRO HERMES LIMA	Rua Casimiro de Abreu, n. 237, Centro, CEP: 76970-000, Fone: (69) 3452-0911.
COMARCA DE CEREJEIRAS	
FÓRUM SOBRAL PINTO	Av. das Nações, n. 2225, Centro, CEP: 76997-000, Fone: (69) 3309-8311.
COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI	
FÓRUM PROF. PONTES DE MIRANDA	Av. Castelo Branco, n. 2667, Centro, CEP: 76916-000, Fone: (69) 3309-8161.
COMARCA DE COLORADO DO OESTE	
FÓRUM JUIZ JOEL QUARESMA DE MOURA	Rua Humaitá, n. 3879, Centro, CEP: 76993-000, Fone: (69) 3341-7711.
COMARCA DE ROLIM DE MOURA	
FÓRUM JUIZ EURICO SOARES MONTENEGRO	Av. João Pessoa, n. 4555, Centro, CEP: 76940-000, Fone: (69) 3449-3711.
COMARCA DE COSTA MARQUES	
FÓRUM SUSY SOARES SILVA GOMES	Av. Chianca, n. 1061, Centro, CEP: 76937-000, Fone: (69) 3309-8361.
COMARCA DE SANTA LUZIA DO OESTE	
FÓRUM SEBASTIÃO DE SOUZA MOURA	Rua Dom Pedro I, esq. c/ T. Neves, CEP: 76950-000, Fone: (69) 3309-8561.
COMARCA DE ESPIGÃO DO OESTE	
FÓRUM MIN. MIGUEL SEABRA FAGUNDES	Rua Vale Formoso, n. 1954, Bairro Vista Alegre, CEP: 76974-000, Fone: (69) 3309-8211.
COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	
FÓRUM DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Av. S. Paulo, esq. c/ Ron. Aragão, Centro, CEP: 76935-000, Fone: (69) 3309-8811.
COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM	
FÓRUM NÉLSON HUNGRIA	Av. XV de Novembro, s/n, Bairro Serraria, CEP: 76850-000, Fone: (69) 3516-4511.
COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	
FÓRUM ANÍSIO GARCIA MARTINS	Av. São Paulo, n. 1395, Bairro Cristo Rei, CEP: 76932-000, Fone: (69) 3309-8761.
COMARCA DE JARU	
FÓRUM MIN. VICTOR NUNES LEAL	Rua Raimundo Cantanhede, n. 1080, CEP: 76890-000, Fone: (69) 3521-0211.
COMARCA DE VILHENA	
FÓRUM DES. LEAL FAGUNDES	Av. Luiz Mazziero, n. 4432, Bairro Jd. América, CEP: 76980-000, Fone: (69) 3316-3611.

ANEXO II

RELAÇÃO DA FROTA E TIPO DE FRANQUIA

A relação da frota do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia bem como o tipo de franquia para a contratação do objeto deste Termo de Referência se encontram nas Tabelas abaixo:

Grupo 1 - Veículos não blindados

Item	Veículo	Quant.	Placa	Modelo	Ano Fabricação	Ano Modelo	Franquia (R\$)	Prêmio (R\$)
1	Corolla ALTIS HV	1	QRA-8J51	TY	2023	2023	Reduzida	
2	Corolla ALTIS HV	1	QTA-3E51	TY	2023	2023	Reduzida	
3	Corolla ALTIS HV	1	QTA-5H21	TY	2023	2023	Reduzida	
4	Corolla ALTIS HV	1	QTA-5H01	TY	2023	2023	Reduzida	
5	Corolla ALTIS HV	1	QTB-2H61	TY	2023	2023	Reduzida	
6	Corolla APREMIUMH	1	QTB-6H61	TY	2022	2023	Reduzida	
7	Corolla ALTIS HV	1	QTD-7I91	TY	2023	2023	Reduzida	
8	Corolla ALTIS HV	1	QTD-7J11	TY	2023	2023	Reduzida	
9	Corolla APREMIUMH	1	QTE-8J41	TY	2023	2023	Reduzida	
10	Corolla APREMIUMH	1	QTF-5C31	TY	2023	2023	Reduzida	
11	Corolla APREMIUMH	1	QTF-8I11	TY	2023	2023	Reduzida	
12	Corolla APREMIUMH	1	QTF-8I31	TY	2023	2023	Reduzida	
13	Corolla APREMIUMH	1	QTH-9I62	TY	2023	2023	Reduzida	
14	Corolla APREMIUMH	1	QTH-9I82	TY	2023	2023	Reduzida	
15	Corolla APREMIUMH	1	QTI-8J92	TY	2023	2023	Reduzida	
16	Corolla ALTIS HV	1	SLL-8C10	TY	2022	2023	Reduzida	
17	Corolla ALTIS HV	1	SLH-7J69	TY	2022	2023	Reduzida	
18	Corolla ALTIS HV	1	SLH-8A29	TY	2022	2023	Reduzida	
19	Caminhão Cargo 816e CD	1	OHL-6495	Ford	2016	2017	Reduzida	

20	Van Sprinter 415 luxo T.B. 2.2	1	OHW-9275	MB	2016	2017	Reduzida	
21	Caminhão Cargo 1419 CD	1	OHL-5095	Ford	2016	2017	Reduzida	
22	Van Furgão Renault Master 2.3 16V DCI	1	NDN-8131	Renault	2018	2019	Reduzida	
23	TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI DIESEL AUT	1	NCX-2021	Chevrolet	2016	2017	Reduzida	
24	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD DIES.AUT	1	NCX-2051	Chevrolet	2016	2017	Reduzida	
25	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Au	1	RSX3J40	Toyota	2021	2021	Reduzida	
26	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV6H52	Toyota	2020	2021	Reduzida	
27	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV6H62	Toyota	2020	2021	Reduzida	
28	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHW2B42	Toyota	2020	2021	Reduzida	
29	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D02	Toyota	2020	2021	Reduzida	
30	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D12	Toyota	2020	2021	Reduzida	
31	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D22	Toyota	2020	2021	Reduzida	
32	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D32	Toyota	2020	2021	Reduzida	
33	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D42	Toyota	2020	2021	Reduzida	
34	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D52	Toyota	2020	2021	Reduzida	
35	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3E12	Toyota	2020	2021	Reduzida	
36	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3E62	Toyota	2020	2021	Reduzida	
37	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3F02	Toyota	2020	2021	Reduzida	
38	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3F62	Toyota	2020	2021	Reduzida	
39	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G02	Toyota	2020	2021	Reduzida	
40	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G52	Toyota	2020	2021	Reduzida	
41	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G92	Toyota	2020	2021	Reduzida	
42	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3H22	Toyota	2020	2021	Reduzida	
43	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3I12	Toyota	2020	2021	Reduzida	
44	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL7D32	Toyota	2020	2021	Reduzida	
45	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A02	Toyota	2020	2021	Reduzida	
46	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A12	Toyota	2020	2021	Reduzida	
47	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A22	Toyota	2020	2021	Reduzida	
48	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A32	Toyota	2020	2021	Reduzida	
49	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A52	Toyota	2020	2021	Reduzida	
50	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A82	Toyota	2020	2021	Reduzida	
51	S10 LTZ DD4A	1	SLK1C38	Chevrolet	2023	2024	Reduzida	
52	ETIOS X 1.3 Flex 16V 5p Mec.	1	NDP-7564	Toyota	2017	2018	Reduzida	
53	Dolphin GS 180	1	SLJ-9G86	BYD	2023	2024	Reduzida	
54	Dolphin GS 180	1	SLJ-9H76	BYD	2023	2024	Reduzida	
55	HAVAL H6 GT	1	SLH-3H91	GWM	2023	2024	Reduzida	
56	HAVAL H6 GT	1	SLH-3I21	GWM	2023	2024	Reduzida	
Valor Total do Grupo (R\$)								

Grupo 2 - Veículos blindados

Item	Veículo	Quant.	Placa	Modelo	Ano Fabricação	Ano Modelo	Franquia (R\$)	Prêmio (R\$)
57	Hilux SW4 CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut VEÍCULO BLINDADO	1	RSW5A20	TY	2021	2021	Reduzida	
58	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut VEÍCULO BLINDADO	1	RSX3H70	TY	2021	2021	Reduzida	
59	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut VEÍCULO BLINDADO	1	RSX3J90	TY	2021	2021	Reduzida	
60	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI VEÍCULO BLINDADO	1	NCF-8432	TY	2014	2014	Reduzida	
61	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI VEÍCULO BLINDADO	1	NCN-6364	TY	2014	2014	Reduzida	
62	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI VEÍCULO BLINDADO	1	NCT-6536	TY	2014	2014	Reduzida	
Valor Total do Grupo (R\$)								

ANEXO III

ORÇAMENTO DO VALOR TOTAL

Grupo	Especificações	Valor Total (R\$)
1	Serviços de seguro total para veículos automotores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	-
2	Serviços de seguro total para veículos blindados automotores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	-

Responsável:

Amadeu Leite de Araújo Júnior

Chefe de Seção SEGEF



Documento assinado eletronicamente por AMADEU LEITE DE ARAÚJO JUNIOR, Chefe de Seção, em 25/09/2024, às 13:43 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador **4098358** e o código CRC **66570555**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, n. 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E _____.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, sediado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Juiz Secretário Geral **RINALDO FORTI SILVA**, com recursos da Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU (CNPJ n. 10.466.386/0001-85), e, por outro lado, a empresa _____, CNPJ n. _____, situada na _____, n. _____, Bairro _____, Cidade _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, celebram o presente Contrato na melhor forma de direito, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com a Lei Complementar n. 123/2006, e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital de Pregão Eletrônico n. **066/2024**, tipo menor preço, doravante denominado simplesmente **EDITAL**, autorizado pelo **Processo Administrativo n. 0008134-49.2024.8.22.8000**, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

- 1.1. Prestação de serviços de seguro total para a frota do **CONTRATANTE**, conforme as disposições do **EDITAL** e seus Anexos.
- 1.2. Integram este Contrato o **EDITAL** e seus Anexos, a Proposta da **CONTRATADA** e a Nota de Empenho _____, constantes no referido Processo Administrativo.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Da relação dos prédios do **CONTRATANTE**

- 2.1.1. A redação dos prédios do **CONTRATANTE** consta no **ANEXO I** do Termo de Referência n. 8/2024. Entretanto, poderá ocorrer alteração de endereço na mesma cidade nas unidades do **CONTRATANTE**.
- 2.1.2. Os veículos poderão ser guardados em estacionamentos de prédios externos, sendo: hotéis, órgãos públicos em serviço ou disponível para o veículo oficial do **CONTRATANTE**, sindicatos, entidades que este **CONTRATANTE** presta assistência de apoio, entre outros.

2.2. Do Valor de Mercado Referenciado

- 2.2.1. Em caso de indenização integral, o valor mínimo a ser pago deverá ser tomado como base, em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site <www.fipe.org.br>.
- 2.2.2. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da Tabela FIPE, a tabela substituta será a Tabela MOLICAR, divulgada pelo site <www.molicar.com.br>, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.
- 2.2.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a **90 (noventa) dias** contado a partir da data de seu recebimento pelo **CONTRATANTE**, independentemente da quilometragem rodada no período.
 - 2.2.3.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

2.3. Da Apólice

- 2.3.1. Deverá ser emitida “apólice aberta”, de acordo com a legislação específica, sem custos extras para o **CONTRATANTE**, conforme relação dos veículos constantes nas Tabelas do **ANEXO II** do Termo de Referência n. 8/2024, após autorização, devendo constar na apólice:
 - a) identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
 - b) indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
 - c) indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. Mínimo de 100%;
 - d) prêmios discriminados por cobertura; e
 - e) classe de Bônus, quando houver.

2.3.1.1. Limites de indenização por cobertura, conforme valores:**a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):**

I - Valor para indenização de danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e

II - Valor para indenização de danos corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

b) Acidente por Passageiro (APP):

I - Valor para indenização, morte, por pessoa: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); e

II - Valor para indenização, invalidez, por pessoa: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

c) Despesas Médicas Hospitalares (DHM): R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**2.3.1.2. Valor da franquia:****a) para o casco; e****b) para os vidros, faróis, lanternas e retrovisores.**

2.3.2. A apólice terá **vigência a partir das 24:00h do dia 00/00/2024 e término às 24:00h do dia 00/00/2025**, respectivamente, indicadas para tal fim, conforme art. 5º da Circular SUSEP n. 642/2021.

2.3.2.1. A entrega da apólice deverá ser disponibilizada para o CONTRATANTE, em meio eletrônico com assinatura válida, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes.

2.3.3. Após a disponibilização da referida apólice, o CONTRATANTE terá o prazo de **até 15 (quinze) dias corridos** para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

2.3.4. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de **até 15 (quinze) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento do pedido expresso pelo(a) Gestor(a) deste Contrato.

2.3.5. O fato da seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste Contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

2.3.6. Juntamente com a apólice, a seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro e normas de atendimentos especificando detalhadamente cada tipo de serviços à disposição.

2.3.7. Juntamente com a apólice, a CONTRATADA deverá preencher e encaminhar planilha específica, disponibilizada pelo CONTRATANTE, contendo informações relativas aos valores do seguro, etc...

2.4. Das Avarias

2.4.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

2.4.2. Após procedimento de recuperação pelo CONTRATANTE durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

2.4.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

2.4.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, prevista no Termo de Referência n. 8/2024, será desconsiderada quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

2.5. Do Aviso de Sinistro

2.5.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, **24 (vinte e quatro) horas por dia**, durante **07 (sete) dias da semana**, central de comunicação para aviso de sinistro.

2.5.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

2.5.3. Após o registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, **05 (cinco) dias úteis**, contado a partir da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

2.5.4. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de **03 (três) horas**, após o aviso do sinistro. Independentemente do local e cidade onde estiver o veículo, em caso de zona rural, será considerado o tempo hábil para o deslocamento.

2.6. Do Endosso

2.6.1. Quaisquer alterações, tais como, renovação/adiamento da apólice do seguro, inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, adição ou troca de partes do veículo poderão ser solicitadas pelo CONTRATANTE e processadas pela CONTRATADA (seguradora), mediante endosso, aplicando-se as regras constantes neste Contrato.

2.6.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste Contrato que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

2.6.3. A emissão do Endosso não deverá ser superior ao prazo de **30 (trinta) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento do pedido expresso pelo(a) Gestor(a) deste Contrato.

2.7. Da Franquia

2.7.1. A franquia obrigatória dos veículos definida na apólice será a **reduzida**.

2.7.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas que serão avaliadas, exclusivamente, em função dos preços propostos (prêmio).

2.7.3. Os valores das franquias deverão constar, obrigatoriamente, nas propostas e nas apólices.

2.7.4. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas, retrovisores, faróis e lanternas não serão cumulativas.

2.7.4.1. A franquia de que trata o subitem **2.7.4** deste Contrato será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

2.7.5. Havendo sinistro de perda parcial com a necessidade de substituição ou reparo em vidros laterais, dianteiros, traseiros, de teto, faróis, lanternas ou retrovisores, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços, mas somente a franquia de perda parcial (casco), sem limite de utilização para reposição dos mesmos.

2.7.6. Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo CONTRATANTE, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

2.7.6.1. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco (Federal, Estadual e Municipal), à Seguridade Social (INSS), ao FGTS regular, bem como sua Certidão Trabalhista, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

2.7.6.2. A liberação do veículo na concessionária/oficina deverá ser no máximo **até 72 (setenta e duas) horas** após o pagamento da franquia.

2.7.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, desastres ambientais e fenômenos da natureza.

2.8. Dos Salvados

2.8.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

2.8.2. É de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome do CONTRATANTE junto aos órgãos pertinentes (DETRAN, etc...).

2.9. Dos Sinistros

2.9.1. Os riscos cobertos serão o seguro total com cobertura abrangente, cujo seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
- b) colisão com veículos, pessoas, animais, objetos, abaloamento e capotamento;
- c) raios e suas consequências;
- d) incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- e) quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo, inclusive dano causado pela carga transportada;
- f) acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- g) submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- h) em casos de que trata a alínea anterior, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado;
- i) granizo, ressaca, vendaval, terremoto;
- j) danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- k) despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo;
- l) troca ou reparo em vidros (frontal, lateral ou traseiro), faróis ou lanternas (principal, auxiliar, de milha, de neblina), retrovisores (lente, espelho ou carcaça), seja quebras ou trincas, parcial ou total, obedecendo aos termos previstos neste Contrato;
- m) danos a terceiros ou passageiros, seja material ou pessoal: Responsabilidade Civil Facultativa - RCF, Acidente por Passageiro - APP, Despesas Médicas Hospitalares - DMH e Despesas Médicas Veterinárias - DMV;
- n) carroceria de caminhões, plataformas, baú para motos, capotas, e demais acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- o) blindagem total dos veículos blindados; e
- p) atos praticados por terceiros, exceto os não indenizáveis pela seguradora.

2.9.1.1. Cobertura adicional de assistência **24 (vinte e quatro) horas**, com os seguintes serviços mínimos:

- a) chaveiro;
- b) reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até o local indicado pelo CONTRATANTE, sem limite de quilometragem;
- c) transporte das pessoas por imobilização do veículo segurado; e
- d) transporte das pessoas por roubo ou furto do veículo segurado.

2.10. Da Vistoria Prévia

2.10.1. As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem assegurados poderão comparecer ao CONTRATANTE, em horário de funcionamento das 8h às 13h. A vistoria dos veículos deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (69) 3309-6245, na Seção de Gestão de Frota - SEGEF.

2.10.2. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria, ora prevista, não motiva descumprir as obrigações pertinente e esse objeto, inclusive quanto à cobertura dos equipamentos instalados nos veículos.

2.11. Da Regulação de Sinistro

2.11.1. Ocorrendo o aviso de sinistro, a CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

2.11.2. Ocorrendo sinistro com características de “perda total”, o CONTRATANTE poderá realizar o aviso de sinistro para análise do veículo e repasse da informação ao CONTRATANTE. Caso seja confirmada a “perda total” do veículo, a CONTRATADA deverá realizar os procedimentos para indenização integral. Caso não se caracteriza a “perda total” do veículo, a CONTRATADA deverá aguardar comunicação do CONTRATANTE para continuação dos procedimentos do sinistro, visando o reparo no veículo.

2.11.3. Decorrido o prazo estabelecido, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

2.11.4. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do CONTRATANTE, conforme legislação vigente.

2.11.5. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional.

2.11.6. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do CONTRATANTE, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

2.11.7. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a **30 (trinta) dias corridos** do aviso de sinistro. Em caso de indenização integral ou roubo, o prazo máximo para o pagamento da indenização será de **até 30 (trinta) dias corridos** a partir da entrega dos documentos solicitados.

2.12. Da Indenização

2.12.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro correrão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.

2.12.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

2.12.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia CONTRATADA para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

2.13. Da Indenização Integral

2.13.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

2.13.2. Em caso de indenização integral, a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

2.13.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

2.14. Do Questionário de Avaliação de Risco

2.14.1. Os veículos são conduzidos por servidores(as) ou magistrados(as) previamente cadastrados(as) e autorizados(as) a dirigirem os veículos oficiais do CONTRATANTE, habilitados(as) na categoria A, B, C, D e E.

2.14.2. Os veículos, quando não estão em serviço, são recolhidos nos estacionamentos dos prédios do CONTRATANTE, ou em lugar apropriado.

2.14.3. Não há previsão de quilômetros por ano a ser percorridos pelos veículos da frota do CONTRATANTE, durante o período da vigência do seguro, devido à diversidade de veículos e os seus usos.

2.14.4. Devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes ao objeto deste Contrato.

2.15. Da Inclusão, Exclusão e Substituição

2.15.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos durante o período da vigência deste Contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser acrescentado, no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou a contratação.

2.15.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

2.15.3. Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste Contrato, de exclusão de veículos, a CONTRATADA deverá efetuar o cálculo pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido ao CONTRATANTE, mediante a fórmula, $X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término deste Contrato; e

VT = Valor total a ser devolvido ao CONTRATANTE.

2.15.3.1. O valor de Z, número de meses restantes para o término deste Contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo(a) Gestor(a) deste Contrato.

2.15.3.2. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a **15 (quinze) dias corridos**.

2.15.4. A devolução deverá ser realizada em conta bancária a ser informado pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA enviar comprovante assinado para o(a) Gestor(a) deste Contrato.

2.16. Das Obrigações e Responsabilidade nos Serviços

2.16.1. A CONTRATADA, tendo em vista a correta execução do objeto deste Contrato, visando à qualidade dos serviços e das demais obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento, obrigar-se-á:

- a) efetuar os pagamentos nos prazos por ela acordados com as concessionárias/oficinas;
- b) implantar, de forma adequada, a supervisão dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- c) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados e atender as reclamações formuladas;
- d) atender prontamente às solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços contratados;
- e) indicar um telefone que possa ser acionado **24 (vinte e quatro) horas por dia**, todos os dias da semana, para atendimento aos sinistros;
- f) instalar escritório de representação na cidade de Porto Velho/RO, caso a CONTRATADA não possua matriz, filial ou escritório na mesma, a ser comprovado no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** contado a partir da data da última assinatura deste Contrato pelas partes;
- g) indicar o(s) preposto(s) para acionamento e representação sobre qualquer assunto relativo a este Contrato, devendo se encarregar da resolução das pendências, repasse das notificações e solicitações do CONTRATANTE bem como de apresentação dos prazos formais para atendimento, os casos de impossibilidade de atendimento imediato, e ainda ter os poderes para receber notificações de descumprimento, de aplicação, de penalidades, de extinção, de convocação, de tomadas de providências para ajustes ou aditivos contratuais e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a CONTRATADA responder ou tomar providências e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica da condução deste Contrato;
- h) informar quais as oficinas, concessionárias ou prestadoras de serviços a atender as solicitações de acionamento da cobertura do seguro;
- i) providenciar a imediata correção de erros cometidos apontadas pelo CONTRATANTE, que possam comprometer a execução deste Contrato;
- j) abster-se de divulgar publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação destes serviços, sem prévia autorização do CONTRATANTE; e
- k) prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais fatos noticiados que o envolva.

2.17. Do Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços

2.17.1. O(A) Gestor(a) e o(s) Fiscal(is) deste Contrato terão como responsabilidade o controle, a fiscalização e o acompanhamento da prestação dos serviços do objeto deste Contrato.

2.17.2. O CONTRATANTE reserva-lhe o direito de exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, verificando se há falhas a serem detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta, bem como solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com os termos e exigências previstas neste Contrato.

2.17.3. Os serviços (seja reparos, acionamento de guinchos, etc...) deverão ser executados por meio de mão de obra qualificada e treinada, refazendo-se imediatamente o serviço considerado desconforme por este CONTRATANTE, ou combinar nova data e/ou horário, conforme as necessidades do CONTRATANTE.

2.17.4. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto deste Contrato, direta ou indiretamente, podendo para isso, fotografar ou filmar, todo ou em parte, a execução dos serviços, nas dependências das concessionárias / oficinas, além de solicitar vistoria dos órgãos fiscalizadores.

2.17.5. Em caso de falhas ou interrupções da prestação dos serviços, independente do que houver lhe dado causa, é conveniente para o CONTRATANTE se reservar o direito de utilizar qualquer outra empresa que ofereça o mesmo serviço na mesma região, de modo a não comprometer as atividades do CONTRATANTE.

2.18. Das Obrigações à Adoção de Boas Práticas Ambientais

2.18.1. A CONTRATADA deverá orientar sua rede de oficinas credenciadas para que oriente seus empregados, através de cartilhas, visando à adoção de boas práticas ambientais, tais como:

- a) reduzir: orientar quanto o uso racional do consumo de energia elétrica e de consumo de água e ainda racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes pela substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, observadas as normas ambientais vigentes;
- b) reutilizar: orientar quanto às boas práticas de otimização de recursos, evitando a redução de desperdícios bem como a redução de produção de resíduos sólidos, orientando ainda a utilização de reaproveitamento de materiais; e
- c) reciclar: orientar quanto à forma efetiva no desenvolvimento das atividades de separação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.

DO REGIME DE EXECUÇÃO - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. O objeto deste Contrato será realizado por execução indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Global, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei n. 14.133/2021.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA - CLÁUSULA QUARTA

4.1. A vigência deste Contrato será de **2 (dois) anos** contados da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado nos exercícios subsequentes até o limite de 10 (dez) anos, de acordo com o art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

DO VALOR E DO REAJUSTE - CLÁUSULA QUINTA

5.1. O valor total estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____).

5.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços deste Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA SEXTA

6.1. A despesa decorrente deste Contrato correrá por conta de recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade Orçamentária: **03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**, Funcional Programática: 02.122.2073.2449 - Manter as Atividades Administrativas do PJRO; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Subitem: 69 - Seguros em Geral.

DO FATURAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**, CNPJ n. **10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

7.1.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a CONTRATADA deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

DO PAGAMENTO - CLÁUSULA OITAVA

8.1. O pagamento será efetuado **em 9 (nove) dias úteis**, caso o **valor total deste Contrato** seja igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) e, acima deste valor, **em 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme Cláusula Sétima deste Contrato, desde que o objeto tenha sido executado.

8.1.1. Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

8.2. O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela CONTRATADA em sua proposta.

8.3. Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

8.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $i/365$ **I** = $(6/100)/365$ **I** = 0,00016438

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA NONA

9.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Contrato.

9.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste Contrato.

9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do CONTRATANTE, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

10.2. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

10.3. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

10.4. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Contrato de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

10.5. Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

10.6. Cumprir todas as disposições constantes do objeto deste Contrato, nos termos propostos, em conformidade com a descrição pormenorizada apresentada e indissociável, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, de acordo com as solicitações do CONTRATANTE, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento.

10.7. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto deste Contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados.

10.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, em função da execução dos serviços do objeto deste Contrato bem como em executar em plena conformidade, a descrição pormenorizada apresentada abaixo, obrigando-se a CONTRATADA, ainda, a:

a) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do CONTRATANTE, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução deste Contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

b) comunicar ao CONTRATANTE qualquer impedimento que interfira no andamento dos serviços;

c) garantir a qualidade dos serviços prestados, respondendo na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos serviços;

d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito, força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de **até 48 (quarenta e oito) horas** após a sua ocorrência, e serão avaliadas pelo CONTRATANTE. Eventuais valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser descontados de pagamentos pendentes ou vincendos; e

e) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

DA SUBCONTRATAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. Executar diretamente o objeto deste Contrato, vedada a subcontratação parcial ou total.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DESTE CONTRATO - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024 do CONTRATANTE, este Contrato será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

a) **Gestor(a): Amadeu Leite de Araújo Júnior**, e-mail: *amadeujunior@tjro.jus.br*, telefone: (69) 98148-7106;

b) **Gestor(a) Substituto(a): Meline Lisandra de Souza Diniz**, e-mail: *meline@tjro.jus.br*; telefone: (69) 3309-1185;

c) **Fiscal Administrativo(a): Luiz Rocha de Oliveira Vieira**, e-mail: *luizrocha@tjro.jus.br*, telefone: (69) 98121-7277; e

d) **Fiscal Administrativo(a) Substituto(a): Raimundo José da Costa Moura**, e-mail: *raimundo.moura@tjro.jus.br*; telefone: (69) 99220-8441.

12.2. O(A) Gestor(a) e o(a) Fiscal Administrativo(a) deste Contrato e seus(uas) substitutos(as) poderão ser localizados(as) no Edifício-Sede do CONTRATANTE, no Núcleo de Serviços Administrativos - NUSEA, situado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

12.3. As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se na Instrução n. 146/2024 do CONTRATANTE.

DAS PENALIDADES - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, poderá ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo de **até 3 (três) anos**, observadas as disposições do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, se a CONTRATADA:

a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total deste Contrato; e

c) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato sem motivo justificado.

13.2. O atraso injustificado **para a entrega das apólices**, conforme disposição contida no subitem **2.3.2.1** deste Contrato, incluindo os possíveis aditamentos a este Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total deste Contrato, até o 20º (vigésimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **13.6** deste Contrato.

13.3. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Contrato, nos casos previstos nos arts. 107, 108 e 111 da Lei n. 14.133/2021, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) deste Contrato (*amadeujunior@tjro.jus.br*), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

13.4. Vencido o prazo estipulado, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data limite para a execução. A partir da data limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem deste **13.7** deste Contrato.

13.5. A execução do objeto deste Contrato até a data limite de que trata o subitem anterior não isenta a CONTRATADA da multa prevista no subitem **13.2** deste Contrato.

13.6. Pelo descumprimento parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total estimado.

13.7. Pelo descumprimento total do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo valor total estimado.

13.8. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

13.9. As multas devidas bem como os prejuízos causados ao CONTRATANTE não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13.10. A CONTRATADA inadimplente, quando não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

13.11. A aplicação de multa e/ou a extinção deste Contrato não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

13.12. Cautelarmente, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

DA SUSTENTABILIDADE - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nas especificações do objeto, tendo em vista que o CONTRATANTE atuação institucional de promover política de responsabilidade social e ambiental, observar-se-á, no que couber:

- a) substituir as apólices de papel enviadas ao segurado por um kit totalmente digital;
- b) disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir cartões em PVC;
- c) possuir oficinas credenciadas que realizem o descarte sustentável e responsável de peças e resíduos;
- d) manter os materiais a serem utilizados constituídos, no todo ou em parte por material reciclado, atóxico, biodegradáveis;
- e) instruir seus empregados, durante toda a permanência contratual, a adotarem práticas de redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos; e
- f) atender as recomendações contidas nos seguintes normativos: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 400/2021/CNJ - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e Ato n. 610/2024 - Regulamenta o Plano de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (PS/TJRO), ciclo 2024-2026.

14.1.1. Caso se decida por apólice em papel, o indicado é pelo papel branco, de manejo sustentável, formato A4 (297 x 210 mm), livre de cloro elementar, confeccionado em material alcalino branco, tolerância mais ou menos 2 mm, de acordo com a NBR 216:2012, superfície lisa e massa homogênea, espessura uniforme, fibras no sentido longitudinal, baixo índice de deformação devido ao calor. Deverá conter coloração branca. O papel utilizado deverá ter certificação Cerflor, em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2014, ou FSC no padrão FSC-STD-4004 V2-1, que deverá ser apresentada como forma de comprovação da conformidade Item CATMAT sustentável: 461755 - Descrição: papel para impressão formatado, tipo: reciclado, tamanho (c x l): 297 x 210 mm, gramatura: 75 g/m2, cor: branco. Item CATMAT sustentável: 61752 - Descrição: papel para impressão formatado, tipo: reciclado, tamanho (c x l): 297 x 210 mm, gramatura: 120 g/m2, cor: branco. Item CATMAT sustentável: 461756 - Descrição: papel para impressão formatado, tipo: reciclado, tamanho (c x l): 297 x 210 mm, gramatura: 75 g/m2, cor: natural.

DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** deste Contrato:

- a) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;
- b) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se durante a vigência deste Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

16.2. Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua última assinatura pelas partes como condição de sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

DA PROTEÇÃO DE DADOS - CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19.1. Em atendimento ao estabelecido na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e na Resolução n. 363/2021 do CNJ, e ainda, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, as partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na LGPD e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Contrato, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA VIGÉSIMA

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 e nas normas e princípios gerais dos contratos.

DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA E DO FORO - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

21.1. Serão adotados métodos de resolução consensual das controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste Contrato, conforme Recomendação n. 140/2023 do CNJ.

21.2. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, quando não solucionadas consensualmente, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, para que produza os devidos efeitos legais.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Rinaldo Forti Silva

Juiz Secretário Geral

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO FERNANDES DE SOUZA, Assessor (a) Jurídico (a)**, em 25/09/2024, às 13:53 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador **4309245** e o código CRC **49BA0C44**.